

A EDUCAÇÃO PIAUIENSE NO BRASIL NEODESENVOLVIMENTISTA

A. S. SOUSA¹, D. H. MOURA²

Universidade Estadual do Piauí¹

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande de Norte²

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-3613-0208>¹

adrianaess.2016@gmail.com¹

Submetido 14/01/2022 - Aceito 01/12/2023

DOI: 10.15628/holos.2023.14325

RESUMO

O texto objetiva analisar os desdobramentos das políticas educacionais no Piauí, entre 2003 e 2015, considerando o contexto socioeconômico e político desse estado. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental dos principais aspectos que marcaram o desenvolvimento socioeconômico, político e educacional do Brasil e do Piauí nesse período, marcado pelo neodesenvolvimentismo. Concluímos que houve um movimento positivo de expansão da oferta da educação

básica e de melhoria de indicadores educacionais no estado. Contudo, existiram entraves resultantes das limitações do neodesenvolvimentismo, a exemplo das parcerias público privadas, que possibilitaram ao mercado definir propostas didático-pedagógicas e angariar recursos públicos. Igualmente, permaneceu o caráter gerencial no controle de resultados e na racionalização das ações educativas.

PALAVRAS-CHAVE: Neodesenvolvimentismo, Políticas educacionais, Piauí.

THE PIAUIENSE EDUCATION IN THE NEO-DEVELOPMENTALIST BRAZIL

ABSTRACT

The text aims to analyze the developments of educational policies in the Piauí state, between 2003 and 2015, considering the socioeconomic and political context of this state. For this, we carried out a bibliographical and documentary research of the main aspects that marked the socioeconomic, political and educational development of Brazil and Piauí state in this period, marked by the neo-developmentalists. It is possible to conclude that there was a positive movement of

expansion of the offer of basic education and improvement of educational indicators in the state under analysis. However, there were obstacles resulting from the limitations of neo-development, such as public-private partnerships, which enabled the market to define didactic-pedagogical proposals and raise public resources. Equally, the managerial character remained in the control of results and in the rationalization of educational actions.

KEYWORDS: Neo-developmentalism, Educational policies, Piauí.

1 INTRODUÇÃO

Findada a década de 1990, na qual tinham se aprofundado diferentes aspectos do neoliberalismo no Brasil, sobretudo, fundamentados na ideia da implantação de um Estado mínimo no que concerne à garantia dos direitos sociais básicos e máximo na regulação dos interesses do grande capital nacional e internacional, especialmente, o de caráter financeiro-especulativo, Alves (2015) assinala que, na primeira década de 2000, constituiu-se um novo padrão de desenvolvimento do capitalismo brasileiro alternativo à ortodoxia neoliberal, o neodesenvolvimentismo. Tratava-se, para esse autor, da “afirmação periférica do reformismo social-democrata, que atribuía à parceria do Estado com o mercado, o papel indutor da economia capitalista no Brasil.” (p. 131). Não se propunha, portanto, um confronto com o capital. A tentativa era de conciliação dos interesses do mercado com algumas demandas da classe trabalhadora; uma proposta, mesmo que fantasmagórica, de justiça social no interior da estrutura capitalista. Desse modo, esse padrão caracterizou-se por estar

apoiado numa frente política composta, por um lado, pela grande burguesia interna constituída pelos grandes grupos industriais tais como as empreiteiras OAS, Odebrecht, Camargo Correa, etc., e os grupos industriais da Friboi, Brazil Foods, Vale, Gerdau, Votorantim, etc. e o agronegócio exportador – todos beneficiados pelo aumento das exportações focado numa agressiva política de financiamento através do BNDES, voltados para promover as empresas e os investimentos brasileiros no exterior; por outro lado, pelas camadas organizadas do proletariado brasileiro (velha classe operária) e setores populares – incluindo o subproletariado pobre, beneficiados pelo crescimento da economia, redução do desemprego aberto e formalização do mercado de trabalho, oferta de crédito para dinamizar o mercado interno; aumento do gasto público e políticas de transferência de renda via programas sociais (Bolsa-família, Minha Casa Minha Vida, Luz para Todos, etc.) (Alves, 2015, p. 40).

Nesse contexto, o Estado comportava-se como regulador e investidor, implantando “programas de incentivo estatal a oligopolização da economia (fortalecimento de grandes grupos econômicos privados com apoio do BNDES); programas de investimentos públicos em infraestrutura (com ou sem parceria público-privada); e programas estatais de transferência de renda visando a valorização do mercado interno de consumo (bolsas, salário-mínimo e formalização salarial)” (Alves, 2015, p. 138). Esse tripé econômico trouxe vantagens para a classe trabalhadora, ao diminuir a taxa de desocupação, aumentar a formalização e valorizar o salário mínimo, assim como melhorar a oferta educacional; mas mostrou também seus limites e evidenciou a necessidade de ir além da tentativa de conciliação dos interesses entre capital e trabalho. Isso porque não se propôs, por exemplo, à superação das políticas de pagamentos meritocráticos de salários e das ações flexibilizadoras das relações de trabalho, além de atacar o sistema de previdência social.

Em síntese, embora não tenha se constituído um modelo de desenvolvimento socioeconômico que representasse a superação do neoliberalismo, foi possível ampliar aspectos importantes de um projeto social de governo que beneficiou de forma ampla a classe trabalhadora mais empobrecida do país. De modo mais específico, as políticas educacionais foram marcadas por maiores e mais abrangentes investimentos; assim como por uma maior preocupação com a gestão

educacional através de diferentes programas que prestavam assistência técnica aos entes federados.

Contudo, desde maio de 2016, vimos vivenciando a ruptura desse padrão de desenvolvimento, resultando na descontinuidade do projeto social que estava em vigência. Além disso, com o resultado das eleições de 2018, caminhou-se no sentido da construção de uma nova conjuntura socioeconômica e política no Brasil que foi capaz de concretizar uma guinada conservadora e retrógrada na agenda das políticas sociais e educacionais. Portanto, é fundamental que façamos uma análise das ações e omissões realizadas na área da educação na ocasião dos governos neodesenvolvimentistas, pois houve importantes iniciativas que avançaram na perspectiva da universalização da educação, mas que devem ser analisadas no contexto das contradições e limitações impostas pela estrutura capitalista e pelas especificidades do desenvolvimento socioeconômico e político brasileiro.

Dado o cenário de diversidade e desigualdade que caracteriza o território brasileiro, levando a diferentes formas de concretização das políticas públicas no país, realizamos um recorte na pesquisa das políticas educacionais e estabelecemos como objetivo: analisar os desdobramentos das políticas educacionais no Piauí, entre 2003 e 2015, considerando o contexto socioeconômico e político desse estado. Tal opção pauta-se no fato de que o Piauí vivenciou, nesse período, importantes transformações resultantes não só da sua condição de dependência econômica em relação à União, mas também do íntimo alinhamento político entre os governos estadual e federal.

Para realizar esta investigação, procedemos a uma pesquisa bibliográfica e documental que nos levou à compreensão dos principais aspectos que marcaram o desenvolvimento socioeconômico, político e educacional do Brasil e do Piauí no período dos governos neodesenvolvimentistas. Também foram realizados estudos bibliográficos sobre a realidade educacional piauiense; e analisados documentos, como planos de governo e marcos regulatórios das políticas educacionais.

Nosso pressuposto é que retomar, neste momento socioeconômico e político que o país vivencia hoje, a discussão sobre as políticas educacionais que estavam na agenda no período dos governos neodesenvolvimentistas possibilita refletir sobre quais caminhos convergiram e quais tencionaram para a instituição de uma educação pública, gratuita, universal e de qualidade socialmente referenciada, negando, assim, análises ingênuas e/ou tendenciosas que não conferem aos estudos das políticas educacionais os avanços necessários.

A organização do texto discute, no primeiro tópico, a realidade socioeconômica do Piauí, entre 2003 e 2015; e, no segundo tópico, trata das políticas educacionais resultantes desse contexto no referido estado.

2 CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DO ESTADO DO PIAUÍ NO NEODESENVOLVIMENTISMO



O Piauí iniciou a primeira década de 2000 acumulando resultados negativos em todas as áreas. Em 2001, registrava-se um panorama marcado por: queda da parcela da população ocupada em atividades agrícolas, embora ainda permanecesse muito elevada (45,3%); quase estagnação no percentual da população ocupada em atividades industriais (10,4%); aumento de ocupações no setor de serviços que alcançava 43,3%; permanência de uma realidade marcada por baixos salários, uma vez que o maior percentual da população na classificação dos rendimentos continuava com renda de até um salário mínimo (43,7%) – ainda que possa ter sido registrada uma pequena melhoria nesse aspecto; diminuição da atividade exportadora; queda da atividade industrial; agravamento do endividamento público marcado por negociações desfavoráveis à economia estadual; perdas significativas nas áreas colhidas das principais culturas estaduais, com exceção da produção de soja; e decréscimo dos rebanhos bovinos, suínos e caprinos (Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí [SEPLAN], 2004).

O resultado desse baixo nível de desenvolvimento econômico foi um estado mergulhado em índices sociais desvantajosos, se comparados não só à realidade brasileira, mas também à nordestina. Em 1999, por exemplo, a taxa de mortalidade infantil do Piauí era de 45,3%, que embora menor que a do Nordeste (53%), apresentava-se bem superior à média brasileira (34,6%). Nesse mesmo ano, o percentual de empregados com carteira assinada era somente de 34,4% da população, enquanto no Nordeste somava 43,2% e, no Brasil, 61,3%; além disso, a proporção da população ocupada com rendimento médio mensal familiar *per capita* de até meio salário mínimo mostrava-se muito alta, alcançando mais da metade da população (51,5%), ao mesmo tempo em que no Nordeste esse índice era de 39,8%, e no Brasil, 18,9% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2001).

Desse modo, o Piauí iniciou o século XXI tendo que enfrentar problemáticas, como: concentração social e espacial da renda e da riqueza; pobreza e exclusão social; desrespeito aos direitos fundamentais da cidadania; ameaça e degradação ambiental; baixa taxa de criação de emprego; diversas barreiras que impediam ganhos de produtividade das atividades econômicas, além da insuficiente capacidade de investimento estadual nas áreas produtivas prioritárias (SEPLAN, 2004).

Nesse cenário, em 2003 o estado iniciou mudanças econômicas, políticas e sociais seguindo o projeto neodesenvolvimentista a partir do qual também se beneficiava. Como destaca Medeiros (2014), “os avanços na inclusão social, na melhoria da distribuição de renda e na redução das desigualdades foram consideráveis” (p. 31).

Um indicativo desse avanço é o decréscimo significativo da taxa de mortalidade infantil que, embora não alcançasse a média regional e nacional, registrou, em 2013, um percentual de 21,1%, enquanto no Nordeste a média era de 19,4%, e no Brasil, de 15%. Além disso, a proporção de pessoas ocupadas em trabalhos formais com 16 anos ou mais de idade foi, nesse mesmo ano, de 31,7%, enquanto o Nordeste registrou 39,7% e a média nacional foi de 58%. O rendimento médio no trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade em trabalho formal no Piauí foi de R\$ 1.560,00, no Nordeste R\$ 1.537,00 e no Brasil R\$ 1.921,00 (IBGE, 2014). Esses dados assinalam um avanço nos indicadores sociais, apesar de mostrarem que ainda se apresentava, para a segunda década do século XXI, um grande desafio na melhoria das condições de vida da população piauiense.

Os avanços sociais registrados são resultantes de mudanças políticas e econômicas ocorridas no estado. Inicialmente, podemos destacar que apesar de o Piauí estabelecer, na década de 1990, uma nova legislação que favorecesse a implantação de indústrias, decorrente da política de incentivos fiscais, procurando substituir a ação das políticas regionais da década de 1980, já no início dos anos 2000, como constata Macambira (2002), o estado ainda não tinha conseguido atrair muitos empreendimentos industriais. A falta de infraestrutura colocava o estado em desvantagem na guerra fiscal, em especial em relação aos seus estados vizinhos que ofereciam condições mais vantajosas para a lucratividade de capitais privados, evidenciando-se o caráter seletivo e excludente da descentralização industrial brasileira rumo ao Nordeste.

Esse cenário tomou novos rumos, a partir de 2006, quando foram instaladas 43 empresas industriais com incentivos fiscais, além de outras 180 até o ano de 2014, com evidente destaque para o crescimento da construção civil através dos programas de moradias populares e estradas (SEPLAN, 2016).

Sobre o destaque da indústria da construção civil, Medeiros (2014) afirma que “a descentralização dos investimentos públicos em infraestrutura e em habitação vem produzindo esse efeito positivo no crescimento do setor e tem atraído também empresas com matriz em outros estados – não necessariamente grandes empreiteiras” (p. 63). Entretanto, é preciso ponderar que esse fato pode resultar em dois aspectos negativos. Primeiro, no aumento da dependência econômica do estado em relação à União, gerando um setor industrial frágil e pouco autônomo, pois o crescimento com base nos investimentos na área de infraestrutura, financiados pelo governo federal, pode fortalecer a economia, mas também suscitar uma maior instabilidade na indústria ao ser alavancado, em grande parte, pelos investimentos ligados aos programas de habitação, portanto, mais fáceis de sofrer as oscilações, dadas as mudanças políticas. O segundo refere-se à possível transferência de riquezas através do envio de lucros dessas empresas para suas sedes, dificultando o ganho de capital para o estado.

Por conseguinte, podemos afirmar que o crescimento industrial não se deu, mormente, através da produção de bens industriais que pudesse engrandecer economicamente o estado por meio da exportação de produtos de maior valor agregado, ou mesmo pela diminuição do volume de importações, possibilitando maior superávit e empregos mais qualificados, pois “a pauta de exportações evidencia uma economia que exporta *commodities*, apresentando baixo valor agregado” (Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí [Fundação Cepro], 2015a, p. 61).

Mesmo registrando expansão na instalação das empresas industriais no Piauí, esse setor teve, em 2012, uma participação de apenas 18,6% do produto interno bruto (PIB) estadual. Além disso, classifica-se como o 5º menor PIB industrial do país, representando uma parcela de 0,4% do PIB brasileiro (Confederação Nacional da Indústria [CNI], 2014).

Houve também um avanço do setor agrícola com destaque para a produção de grãos, em especial da soja e do milho – que correspondeu a 78% do valor de produção das lavouras temporárias, em 2012 –, dado o aproveitamento das potencialidades naturais do cerrado piauiense

(Medeiros, 2014), além de incentivos estatais. Contudo, há um desafio de agregar valor aos produtos através do seu processamento, embora seja preciso reconhecer que:

[...] a crescente produção de soja tem repercutido positivamente na economia estadual, a ponto de tornar-se artigo de exportação, modificando o perfil do comércio exterior do Piauí. A inserção da soja em grão e de seu farelo na pauta de exportações representa novos incrementos, seja no quantum físico, seja no econômico, das remessas piauienses para o exterior (SEPLAN, 2008, p. 140).

É preciso observar, ainda, que essa produção de grãos foi ligada intimamente ao crescimento do agronegócio, nem sempre representando um saldo socioeconômico que beneficiasse a população local. Esse fato se torna mais preocupante se considerarmos que Medeiros (2014) registra, entre 2000 e 2008, uma queda importante tanto no valor da produção como na área plantada de produtos tradicionalmente cultivados no estado, como é o caso do arroz e do feijão, além de queda de produção da mandioca, tendo em vista que esses produtos fazem parte do consumo alimentar da população local, embora possam não representar uma atividade econômica significativa.

Portanto, evidenciou-se, no período analisado, um desenvolvimento com destaque no cenário nacional do agronegócio – embora ainda ligada ao fornecimento de matéria-prima para a indústria, significando uma inserção subordinada –, mas que não conseguiu avançar da mesma forma em uma produção que possibilitasse melhores condições de vida para os pequenos produtores, fato que preocupa, dado o alto percentual da população rural desse estado que é de 34,2% (Medeiros, 2014).

O crescimento dos setores industrial e agrícola no estado, no período analisado, aliado às políticas de crédito proporcionou uma maior dinamicidade ao comércio, aumentando sua parcela de participação no PIB estadual. No entanto, é preciso levar em consideração a assertiva de Medeiros (2014), de que “boa parte do dinheiro que movimenta o comércio e os serviços não é excedente da produção local, e sim da transferência de excedente da riqueza produzida em outros territórios” (p. 60)

Mesmo com esse desenvolvimento econômico dependente, foi possível registrar, em 2014, um aumento do PIB do estado de 5,3%, em relação ao ano anterior. O destaque se deu no crescimento do setor agropecuário e industrial e na queda no setor de serviços, embora este ainda represente a parcela mais importante na composição do PIB piauiense. O setor agropecuário passou de 6,37% para 7,42%; o setor industrial incrementou sua participação, passando de 13,33% para 15,91%; e o setor de serviços saiu de 81,30% para 76,67%. Neste último setor, chama atenção a participação de 31,7% na administração pública em sua composição (SEPLAN, 2016).

É preciso destacar que, além da atuação do estado através, por exemplo, de incentivos fiscais, houve a atuação da União na área de infraestrutura, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico, pois “o baixo dinamismo da economia do Piauí sempre dependeu muito mais dos gastos públicos para seu crescimento do que da expansão das atividades produtivas” (Macambira, 2002, p. 29).

Desse modo, os investimentos realizados pelo governo federal foram importantes ao possibilitar certa elevação do nível de competitividade do estado, criando condições mais adequadas de infraestrutura que levaram à instalação de empresas industriais, embora o desenvolvimento desse setor continue sendo o gargalo da economia piauiense. Portanto, no contexto de maior investimento do estado brasileiro, “os projetos previstos no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal para o Piauí representam importante impulso para o Estado consolidar uma rede logística básica nas áreas de transportes, energia, habitação, saneamento e comunicações” (SEPLAN, 2008, p. 19).

Embora os investimentos feitos pelo governo federal no Piauí fossem necessários e sinalizassem positivamente para um melhor e maior desenvolvimento socioeconômico do estado, tal fato revelou uma realidade de fragilidade, dependência e subordinação que precisa ser superada. Isso é mais significativo se considerarmos o nível de dependência que o estado estabelece em relação às transferências do governo federal, tendo em vista que:

[...] no Piauí, as transferências federais respondem por mais de 50% da receita corrente; o FPE isoladamente participava com praticamente 40% da receita. Esse fato, típico de estados com economias menos maduras e estruturadas, evidencia uma forte dependência dos recursos orçamentários de fontes exógenas, sujeitas a variação sobre as quais o estado não exerce nenhum controle (Fundação Cepro, 2015a, p. 73).

É, sem dúvidas, a falta de controle do estado sobre esses recursos que se configura no aspecto mais negativo dessa situação, pois as políticas de governo podem, de diferentes formas, redefinir o montante dos recursos destinados ao estado, assim como revogar alguns repasses, como aqueles ligados à transferência de renda. Essa realidade torna-se mais preocupante dado o cenário socioeconômico e político que se delinea no país, desde 2016.

Diante do exposto até aqui, o fato inegável é que o Piauí “estruturou-se num modelo de ‘integração reflexa (ou passiva) na economia nacional que vem se configurando há mais de 60 anos” (Medeiros, 2014, p. 10). Portanto, não houve uma mudança na lógica de desenvolvimento econômico do estado no período do neodesenvolvimentismo. Assim sendo, podemos considerar que o Piauí é triplamente subordinado, devido à subordinação econômica brasileira no cenário internacional; à condição de desvantagem do Nordeste na economia nacional e à integração passiva do estado nessa região. Tal fato tem contribuído para a instituição de uma sociedade marcadamente contraditória que, mesmo apresentando avanços positivos no seu desenvolvimento econômico, entre 2003 e 2015, não deixa de ocupar uma posição desvantajosa no cenário nacional.

Nesse contexto, destacamos também uma concentração de renda em algumas regiões do estado, resultante do processo histórico de desenvolvimento econômico, mas que, em alguma medida, é reconfigurada, a partir de 2003. O alto crescimento da produção de grãos no cerrado piauiense trouxe uma maior concentração de renda para o sul do estado – única região que registra um município (Uruçuí) com PIB *per capita* anual superior a R\$ 22.274,00. Contudo, a maior parte do Piauí tinha, em 2014, uma renda *per capita* de até R\$ 5.000,00; Teresina encontra-se na segunda maior faixa de PIB *per capita*, dado seu potencial de acumulação de atividades ligadas ao terceiro setor (comércio e serviços), assim como aquelas decorrentes da indústria (Fundação Cepro, 2015a).

Portanto, é possível afirmar que o desenvolvimento socioeconômico do estado, na primeira década dos anos 2000, não foi capaz de expandir a renda rumo ao interior do estado, concentrando-a apenas em mais de um polo.

Os dados mostram, ainda, uma estruturante má distribuição de renda no final dos governos neodesenvolvimentistas, que leva parte significativa da sua população a depender dos programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família (54,5% de famílias atendidas no estado), assim como um percentual expressivo de pessoas sem rendimentos (38,5%) ou com rendimentos de até um salário mínimo (41,4%) (Fundação Cepro, 2015a). Revela-se, assim, a situação de vulnerabilidade da maioria da população.

Esses dados corroboram com a assertiva de Medeiros (2014) de que “é na dimensão da renda que se manifesta de modo mais evidente o nível de pobreza que ainda predomina no Piauí e a persistente desigualdade entre os estados e regiões do Brasil, mesmo com os avanços havidos nos últimos anos” (p. 86). Nesse sentido, é importante a ressalva feita pelo autor sobre o neodesenvolvimentismo, considerando que o “modelo de desenvolvimento do Brasil precisa ter o investimento, e não apenas o consumo como motor do crescimento” (p. 33). É necessário, desse modo, que haja iniciativas para se estabelecer o desenvolvimento econômico do Piauí de forma menos dependente da União, baseado em uma produção que seja capaz de gerar receitas próprias, emprego e renda, proporcionando melhores condições de vida à população.

Apesar de se constituir um cenário socioeconômico mais otimista entre os anos 2003 e 2015, o governo estadual permaneceu com uma perspectiva de recuo da ação estatal na área social, como é possível notar nos Planos Plurianuais (PPA) de 2004-2007 e de 2008-2011. No primeiro, afirma-se que a conjuntura econômica em que se encontrava o estado exigia um momentâneo refluxo no volume de investimentos públicos (SEPLAN, 2004); no segundo, em um contexto de resultados já positivos da economia, ressalta-se a necessidade de que o estado realizasse sacrifícios na sua atuação (SEPLAN, 2008), ficando evidente que a área social seria a mais atingida. Consoante tal entendimento, os planos seguintes também se baseiam na proposta de racionalização do gasto público, portanto, seletivo e excludente, que não foi negado com o neodesenvolvimentismo.

Nessa conjuntura, houve um avanço no estabelecimento de parcerias público-privadas (PPP) que são propostas com o objetivo de modernização de uma gestão voltada para os resultados (SEPLAN, 2016). Para tanto, foi instituído, em 2005, o Programa de Parceria Público-Privada do estado do Piauí através da lei PI nº 5.495, além de uma legislação complementar posterior que abre espaço para a transformação de recursos públicos em privados por meio da exploração do setor privado na oferta de serviços públicos. Com essa finalidade, o governo do estado mantém, atualmente, um portal ativo na *internet* no qual é possível acessar estudos de viabilidade, chamamento público e cartilha explicativa. Embora se alegue que através dessas parcerias seja possível melhorar serviços destinados à população em razão da debilidade financeira do estado, o certo é que se oferece mais um espaço para a exploração do capital sobre a classe trabalhadora com incentivo estatal em um território brasileiro que ainda não consegue oferecer condições de vida dignas para uma parcela significativa de seus habitantes.

Apesar dos importantes desdobramentos do novo padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil na realidade piauiense, permaneceu, ao final do período analisado, uma realidade em que “educação, saúde e emprego e renda ainda são sérios obstáculos ao desenvolvimento do Piauí, deixando-o em situação de desvantagem frente a outros estados” (Fundação Cepro, 2015a, p. 46).

Diante desse cenário, o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí 2050 (PDES-PI 2050) propõe que sejam feitos investimentos nos segmentos prioritários do estado, destacando potencialidades no agronegócio, na mineração, na produção de energias renováveis e no turismo e lazer. Os objetivos são, respectivamente: ampliar a produção de grãos no cerrado piauiense (melhorar e estabilizar a produtividade e agregar valor na cadeia do agronegócio); ampliar a exploração de minérios, gerando e agregando valor na cadeia da mineração; gerar energia, sobretudo a partir de fontes renováveis que aproveitem as políticas federais, buscando o desenvolvimento sustentável do estado; desenvolver o turismo de forma a torná-lo fonte de emprego e renda para o desenvolvimento socioeconômico (Fundação Cepro, 2015b).

Pelo proposto no PDES-PI 2050, parece predominar a ideia de que “o Piauí não é pobre; é uma terra de muitos recursos e de oportunidades não aproveitadas” (Medeiros, 2014, p. 9). Contudo, nega a contradição de que “Piauí é pobre porque é marginalizado e discriminado, mas também porque suas elites são descompromissadas” (Medeiros, 2014, p. 9), obscurecendo o fato de que existem questões estruturais na organização socioeconômica do estado que precisam ser enfrentadas.

Nessa perspectiva, a hipótese de Medeiros (2014) acerca do PDES-PI 2050, quando este ainda estava em elaboração, foi confirmada, e esse documento “aparenta ser mais um portfólio de oportunidades de investimento do que um plano que articule investimentos estaduais, federais e da iniciativa privada – referência para mobilização da sociedade e do empresariado e direcionamento das ações governamentais” (p. 129). Ainda nesse contexto, o PDES-PI 2050 revela que:

[...] a baixa escolaridade é um dos maiores gargalos ao aporte de investimentos produtivos no estado, sendo uma grave desvantagem competitiva. A reversão dessa situação passa, necessariamente, pela melhoria da eficiência do sistema de ensino público, de modo a garantir não somente a universalidade do ensino básico, mas também resultados efetivos em termos de formação e capacitação adequada dos jovens piauienses (Fundação Cepro, 2015a, p. 53).

Para além da necessidade de tornar o estado do Piauí importante competidor, entendemos que os investimentos em educação são extremamente necessários a um estado que precisa melhorar o nível de qualidade de vida de sua população. Portanto, os investimentos em educação devem ser tomados como condição para a consolidação de um estado menos dependente e mais capaz de gerar riquezas voltadas para a oferta de serviços de forma digna para a maioria da população e não se restringir a atender aos interesses do capital que se beneficia de uma força de trabalho vulnerável. Para tanto, faz-se necessário concentrar esforços nas áreas de educação, ciência e tecnologia. É a partir desse pressuposto que analisamos os rumos das políticas educacionais no próximo tópico.

3 POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO/DO PIAUÍ: NOVOS RUMOS, OUTROS RESULTADOS?

A política educacional brasileira revelou a existência de um amplo processo de reformas resultantes de mudanças no padrão de acumulação da sociedade capitalista, trazendo transformações para a estrutura, organização e funcionamento da educação básica, a partir da segunda metade da década de 1990. O contexto era de aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que contribuiu para realização de reformas de cunho neoliberal (Ramos, 2016). O estado do Piauí insere-se nesse movimento no contexto de suas especificidades socioeconômica e política, evidenciando um cenário pouco animador.

Os índices educacionais registrados no Piauí, em 1999, eram preocupantes, pois havia uma taxa de analfabetismo de 31,6% e de analfabetismo funcional de 53,1% da população, maiores, portanto, que no Nordeste (26,6% e 46,2%) e no Brasil (46,2% e 26,4%). Somado a esse dado, tinha-se, nesse mesmo ano, uma taxa de escolarização desafiadora, em especial entre os jovens e adultos. Entre aqueles que tinham de 18 a 19 anos, o índice era de 42,9%, e entre os que tinham de 20 a 24 anos, era de apenas 22,3%. No Brasil, esses índices eram de 51,9% e 25,5%; e no Nordeste, 52,8% e 26,3%, respectivamente (IBGE, 2001). Existia, portanto, a necessidade urgente de novos rumos para a educação escolar no estado, de modo a garantir condições dignas de oferta, assim como elevar o nível educacional da população.

Nesse contexto, a expectativa era de que a aprovação, em 1996, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) significaria uma melhoria da oferta da educação pública no estado, inclusive porque a legislação nacional abordava aspectos que contemplavam as problemáticas da realidade local. Isso ocorreu porque a educação pública piauiense sofria com a falta de infraestrutura adequada nas escolas, com os baixos salários dos professores e constantes atrasos nos pagamentos.

Diante dessa realidade, antes mesmo da regulamentação da LDB de 1996 no estado, o governo do Piauí regulamentou o Fundef através da lei PL nº 4.998/1997, proporcionando que esse fundo começasse a vigorar em 1998, revelando que havia um caráter de urgência com relação à instituição da política de fundos. Existia uma preocupação prioritária com a regulamentação do Fundef em razão do receio dos governos, tanto estadual como municipais, de perder as verbas vindas da União, pois elas representariam uma possibilidade de avanço na oferta da educação no estado, embora fossem limitadas ao ensino fundamental. Esse entendimento se justifica porque, à época, já se compreendia que a política de fundos exerceria função basilar no financiamento da educação piauiense (Lei nº 4.998, 1997). Tal fato ainda é uma realidade, em tempos de Fundeb, se considerarmos que “no Piauí, sobretudo para os municípios, o Fundeb funciona como ‘verdadeiro segundo FPM¹’, na expressão dos próprios prefeitos” (Medeiros, 2014, p. 34).

Dada a alteração na lógica no financiamento da educação nacional em que a matrícula passou a representar garantia de verbas nas redes de ensino, as ações de regulamentação e implantação do Fundef no Piauí giravam em torno do aumento do número de matrículas. De acordo

¹ Fundo de Participação do Município.

com Sales e Silva (2013), no estado, tal lógica gerou uma disputa por alunos do ensino fundamental entre as redes municipais e estadual. Por essa razão,

[...] as redes de ensino, a fim de receber um repasse maior de recursos do FUNDEF, recorriam a campanhas publicitárias, no início de cada ano, com vistas a atrair mais alunos. Várias estratégias eram feitas pelas redes estaduais e municipais para ampliar suas matrículas, uma vez que, no contexto de um mesmo município geralmente havia escolas municipais e estaduais realizando o mesmo atendimento (Sales & Silva, 2013, p. 1290).

Em face de tal realidade, não podemos negar que a regulamentação e a implantação do Fundef já sinalizavam para importantes movimentos de reorganização da educação piauiense, uma vez que era preciso proporcionar maior atendimento na oferta do ensino fundamental. Contudo, o principal marco regulatório da educação no Piauí, desde então, é a lei PL nº 5.101/1999, que dispõe sobre o sistema de ensino do estado e dá outras providências. A lei reafirma as regulamentações da LDB de 1996, em maior parte repetindo seus artigos e incisos, sendo possível detectar algumas particularidades, como a garantia de destinação para a educação de 30% da receita resultante de impostos e transferências constitucionais, e não somente o mínimo de 25%, como versa a lei nacional (Lei nº 5101, 1999).

Portanto, podemos considerar que as reformas educacionais no Piauí tomaram forma mais significativa a partir do início dos anos de 2000, momento histórico marcado pela eleição de José Wellington Barroso de Araújo Dias para governo do estado e de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente República, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT). Fato esse que, segundo Medeiros (2014), “contribuiu para a melhor articulação federativa e, em consequência, melhores resultados” (p. 35). Identificava-se, portanto, um cenário mais promissor para as políticas educacionais porque havia projetos de governos nas esferas federal e estadual alinhados com a possibilidade de um recuo do neoliberalismo e ampliação de um projeto social.

O panorama para as mudanças da educação no Piauí estava posto. Havia uma legislação educacional reformulada, outra política de financiamento e novos governos eleitos. Nesse contexto, os anos 2000 mostraram, desde seu início, que os caminhos da educação nesse estado tomariam outros rumos. Isso ocorreu porque o planejamento educacional, gestado em um Estado fortemente afinado com as políticas neoliberais, encontrava um cenário de implantação caracterizado por outro projeto de governo que se anunciava mais preocupado com as condições de vida da classe trabalhadora. Contudo, por não ter havido superação do neoliberalismo, a regulação da educação aconteceu atrelada aos processos de descentralização e controle de resultados nem sempre positivos.

A descentralização na oferta da educação proposta pela LDB de 1996 resultou em um processo de municipalização do ensino fundamental. O Piauí também passou por esse processo e, a julgar pela capacidade financeira da maior parte dos municípios, essa maior oferta do ensino fundamental por esse ente federado deve ser vista com cuidado. Tal fato justifica-se porque a demanda por uma maior estrutura para o funcionamento e ampliação dessa etapa de ensino não era, e ainda não é, uma situação a ser sanada em curto prazo pelas redes municipais, diferentemente da urgência com que foram feitas a regulamentação e a implementação do Fundef

no estado, resultando em um maior número de matrículas nessas redes em um curto espaço de tempo e, em alguns casos, em uma estrutura de funcionamento já debilitada, embora seja possível verificar uma melhoria a partir desse fundo. Portanto, a problemática que se coloca na realidade do estado do Piauí é a mesma de todo o Brasil, pois o processo de municipalização aconteceu no contexto de um regime de colaboração ainda indefinido, comprometendo a oferta de um ensino de qualidade no estado.

Uma evidência da incapacidade/dificuldade de concretizar uma oferta de qualidade na rede municipal de ensino no Piauí é o fato de que, em 2015, apenas 59,4% dos municípios desse estado atingiram a meta do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para os anos iniciais do ensino fundamental na rede municipal, enquanto no Brasil e no Nordeste esses percentuais são de 74,7% e 69,9%, respectivamente. Nos anos finais, esses resultados se mostram mais preocupantes, pois atingem a meta somente 29,8% dos municípios do Piauí, 32,1% do Nordeste e 31,8% do Brasil. Se comparados esses resultados das redes municipais do Piauí com os demais estados, perceberemos que ele possui o 3º pior percentual no Nordeste e o 7º no Brasil para os anos iniciais do ensino fundamental (Ministério da Educação, 2016).

Ainda no que diz respeito à descentralização, houve o estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada e organizações não governamentais por meio das quais o governo do estado compartilha responsabilidades. Como exemplo, podemos citar o firmamento de parcerias com: o Instituto Natura e a Comunidade Educativa Cedac (2012), que resultou na implantação do Projeto Trilhas; o Instituto ProBem e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2010), por meio da execução do Programa Palavra Criança; o Instituto Ayrton Senna (2013), com os programas Se Liga, Acelera Brasil e Gestão Nota 10; e o Instituto Unibanco (2015), com o programa Jovem do Futuro². Tais iniciativas estavam fundamentadas na perspectiva de uma gestão do processo educativo que descentraliza não apenas responsabilidades, mas também os processos pedagógicos, oferecendo a essas instituições de caráter privado a possibilidade de definirem as propostas didático-pedagógicas que comporiam a educação do público atendido pelos programas. Ou seja, o governo do estado seguiu beneficiando a iniciativa privada mediante recursos públicos e ainda possibilitou sua participação na definição das políticas educacionais.

Portanto, é preocupante que o Piauí, através da descentralização das responsabilidades na oferta educacional, tenha “terceirizado” parte do planejamento e da implementação de processos pedagógicos importantes para a iniciativa privada, considerando que muitas vezes as ações propostas nessas parcerias destinam-se a áreas bastante vulneráveis da realidade educacional do estado, como a alfabetização e o ensino médio.

É preciso destacar que, de forma mais sistemática, a cartilha “Governo do Estado mais parceria: melhores serviços, menos custos” inseriu a educação como uma das áreas em que a parceria público-privada pode ser desenvolvida (Secretaria de Estado do Governo, 2015). Tal fato nos leva à compreensão de que a educação pode expandir-se com uma maior abertura do estado para a divisão de responsabilidades com o setor privado, embora o portal de gestão da PPP do Piauí

² As informações sobre os projetos foram acessadas através do Portal do governo do Estado e da Secretaria de Estado da Educação do Piauí nos endereços disponíveis em: <https://www.piaui.pi.gov.br>; <https://www.seduc.pi.gov.br>.

ainda não indique nenhum estudo de viabilidade nessa área. Esse foi um importante traço de retrocesso feito por um governo do Partido dos Trabalhadores (PT), do qual se esperava maior interesse no fortalecimento da coisa pública que governou o estado de 2003 a 2010 e voltou a ocupar o Palácio do Karnak, de 2015 a 2018, e foi reeleito para o período de 2019 a 2022.

É preciso ressaltar, também, os inúmeros programas implantados no estado no contexto do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), criado em 2007 pelo governo federal, que não deixam de se configurar em experiências de descentralização de responsabilidades importantes, fortalecendo ações do pacto federativo e, portanto, contribuindo com a qualidade da educação piauiense.

Não obstante, os impactos, mesmo se configurando em experiências exitosas, podem ser pouco duradouros, dada a característica de transitoriedade da maior parte dos programas, além da frequente falta de uma articulação orgânica destes com as atividades da escola regular. Nesse âmbito, podemos destacar a execução, no Piauí, de programas, como: Plano Nacional de Alfabetização na Idade Certa (Pnaic); Programa Ensino Médio Inovador; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); Mais Educação; e Programa Brasil Alfabetizado. Nesse sentido, Medeiros (2014) conclui:

Para a educação básica, próxima da universalização, o desafio maior que se coloca, atualmente, é o da qualidade. Os programas implementados pelos entes federados, sob coordenação do MEC, têm tido um impacto relativamente pequeno. Os avanços realmente significativos atingem um percentual pequeno de alunos. Estamos dando “passos de qualidade” quando precisamos dar “saltos de qualidade” (p. 40).

Com a descentralização da educação, que se institui de forma coerente com as diretrizes educacionais nacionais, evidenciou-se, também, no Piauí, a necessidade de exercer um maior controle dos resultados educacionais. É nesse contexto que o estado instituiu a exemplo da Prova Brasil, a Prova Piauí, em 2008, com o objetivo de avaliar os resultados da aprendizagem dos alunos do ensino fundamental e do ensino médio. Contudo, a maior sistematização do controle dos resultados educacionais se deu com a implantação do Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (SAEPI), em 2011. Esse sistema, desde o início, realiza uma avaliação estandarizada em larga escala de toda a educação básica do estado. Trata-se, portanto, de um programa que tem por objetivo:

[...] diagnosticar o desempenho dos estudantes em diferentes áreas do conhecimento e níveis de escolaridade, bem como subsidiar a implementação, a (re)formulação e o monitoramento de políticas educacionais, contribuindo ativamente para a melhoria da qualidade da educação no estado (Secretaria de Estado da Educação, 2011, p. 12).

Ressaltamos o forte caráter meritocrático desse sistema de avaliação. Exemplo disso está na fala da secretária de educação (em exercício de 2014 a 2018) em entrevista para a Revista Sistema. Ao ser indagada sobre como fazer para que os alunos continuassem evoluindo em sua aprendizagem com o passar das etapas de escolaridade, ela afirmou que seria necessária formação continuada de professores, associada à premiação e ao espírito competitivo voltado para a aprendizagem (Dias, 2016). Portanto, a preocupação com a necessidade de uma formação continuada dos professores e

dos gestores com ênfase na produção de resultados presume que se instituiu certa responsabilização dos atores escolares no cumprimento das metas. Tal fato é reafirmado por toda a entrevista, evidenciando o não entendimento ou mesmo despreocupação da secretária de educação com os outros determinantes do processo educativo, como é o caso das condições sociais nas quais estão inseridos os alunos e das condições de ensino e aprendizagem oferecidas nas escolas. Como afirmam Silva, Lopes e Castro (2016, p. 390) a avaliação em larga escala “tem influenciado a vida da escola e as práticas pedagógicas dos seus profissionais, uma vez que a forma de regulação educacional vigente implica na responsabilização dos sujeitos pelo trabalho que desenvolvem”.

O foco na formação de professores e gestores como elemento de alcance de metas que se apresenta na fala da referida secretária e traduz as intenções da SEDUC-PI é coerente com a política educacional nacional de educação que colocava holofotes na política de formação, embora já considerasse, na segunda década de 2000, outros elementos relativos às condições de trabalho. Prova disso é a implantação de diferentes programas no estado voltados para esse fim que são feitos com o envolvimento de várias instituições por meio de parcerias ou adesões, como: Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (Profucionário), Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) e Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Embora a formação de professores e gestores seja importante para a constituição de uma educação de qualidade, faz-se necessário ressaltar as situações particulares que envolviam a instituição das políticas de formação no Piauí. Isso implica considerar dois aspectos: o primeiro deles diz respeito ao objetivo que a formação de professores estava atendendo, pois se essa se volta primordialmente para o alcance de resultados traduzidos em índices educacionais, corre-se o risco de se constituir em mero instrumento de treinamento de professores. O segundo aspecto se configura no tipo de formação ofertada aos professores e gestores, pois programas como o Parfor e a UAB podem pouco acrescentar na elevação de uma qualidade socialmente referenciada à educação sem que para tanto sejam destinadas condições concretas de aprendizagem e de produção de conhecimento.

Ainda de acordo com Dias (2016), o SAEPI possibilitou a alocação racional dos investimentos e a realização de um planejamento estratégico com base nos resultados. Embora não se especifique de que forma foi realizado esse planejamento estratégico, podemos afirmar que essa fala revela que o Piauí adotou, no período analisado, um modelo de gestão educacional gerencial com os mesmos princípios instituídos pelo Estado brasileiro em tempos de governos neoliberais. Tal perspectiva contribuiu para uma maior responsabilização da escola e dos professores, pois mais importante do que o processo de construção das aprendizagens dos alunos é o resultado a que se chega, que somente pode ser alcançado com foco no controle e racionalidade das ações educativas.

Corroborando com esse entendimento, destacamos a adoção do programa Gestão Nota 10, em parceria com o Instituto Ayrton Senna, entre 2007 e 2015, que propunha indicadores e metas gerenciais a serem cumpridos através de um gerenciamento das rotinas nas escolas e secretarias, buscando a melhoria da qualidade dos indicadores de ensino.

O resultado desse movimento de reorganização da estrutura e funcionamento da educação básica piauiense, que se configurou nos governos neodesenvolvimentistas, foi um cenário menos desolador, mas marcado por muitas problemáticas a serem superadas. Desse modo, “o maior desafio que o Piauí enfrenta na educação é semelhante ao que se apresenta para todos os indicadores sociais: como partimos de uma base muito baixa, os níveis alcançados ainda não são satisfatórios” (Fundação Cepro, 2016, p. 15).

Nessa conjuntura, a situação de baixos indicadores socioeconômicos historicamente construídos no estado é um importante determinante na constituição de sua educação pública, visto que as dificuldades a serem transpostas exigiam maior esforço do que em outras realidades educacionais. Isso acontece porque o próprio cenário de inserção socioeconômica subordinada desse estado no cenário nacional (abordado no tópico anterior) faz com que ele tenha uma maior dificuldade de enfrentar seus problemas estruturais, uma vez que necessita de um maior planejamento e de uma maior parcela de investimentos. Além disso, as escolhas governamentais, ao não superarem a perspectiva neoliberal, contribuem para que não haja ações de maior envergadura na área educacional.

O resultado do cenário contraditório e ambíguo instituído entre 2003 e 2015 no Piauí é um avanço limitado nos resultados educacionais. Para percebermos tal realidade, podemos analisar, inicialmente, os resultados do Ideb geral³ do Piauí, no período de 2005 e 2015. Embora esse índice não represente a única forma de avaliação da educação básica e tenha sérias limitações, dado seu caráter de padronização, ele pode indicar alguns avanços e retrocessos na constituição de uma educação de qualidade. Sendo assim, o estado do Piauí apontou para uma evolução progressivamente positiva nos resultados do Ideb, desde 2005, tornando-se possível afirmar que “ao longo de 10 anos de Ideb, acompanhou os avanços no processo de melhoria da qualidade da educação no Brasil e teve o desempenho acima da média nacional. A persistência da tendência ascendente permite se caracterizar o processo de melhoria como consistente” (Fundação Cepro, 2016, p. 15).

Um melhor detalhamento dos resultados do Ideb no Piauí pode ser visto na Tabela 1, na qual é possível observar que o crescimento do índice entre 2005 e 2015 segue a mesma dinâmica estabelecida no Nordeste e no Brasil, com um maior avanço nas séries iniciais do ensino fundamental. Nessa etapa de ensino, o a rede pública no Piauí cresceu de 2,6 para 4,6, registrando um desempenho melhor se comparada à realidade regional e nacional. Nas séries finais do ensino fundamental, a rede pública piauiense teve resultados semelhantes ao Nordeste e ao Brasil, registrando um Ideb de 2,8, em 2005, e 3,9, em 2015. No que se refere aos resultados do ensino médio, podemos dizer que os números do Piauí, do Nordeste e do Brasil foram bastante tímidos, embora possamos notar que a rede estadual piauiense teve melhor desempenho quando passou de 2,3, em 2005, para 3,2, em 2015.

Tabela 1: Ideb do ensino fundamental (rede pública) e ensino médio (rede estadual) do estado do Piauí

³ O Ideb geral representa a média de todas as redes e de todas as séries, conjuntamente (Fundação Cepro, 2016a).



Ano	Ensino fundamental – Séries iniciais (Rede Pública)			Ensino fundamental – Séries finais (Rede Pública)			Ensino médio (Rede Estadual)		
	Brasil	Nordeste	Piauí	Brasil	Nordeste	Piauí	Brasil	Nordeste	Piauí
2005	3,6	2,7	2,6	3,2	2,6	2,8	3,0	2,7	2,3
2007	4,0	3,3	3,3	3,5	2,9	3,2	3,2	2,8	2,5
2009	4,4	3,7	3,8	3,7	3,1	3,5	3,4	3,1	2,7
2011	4,7	4,0	4,1	3,9	3,2	3,6	3,4	3,0	2,9
2013	4,9	4,1	4,1	4,0	3,4	3,6	3,4	3,0	3,0
2015	5,3	4,6	4,6	4,2	3,7	3,9	3,5	3,2	3,2

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Brasil (2016).

Tais resultados descritos na Tabela 1 mostram que o Piauí avançou no processo de melhoria dos índices do Ideb, contudo, no período analisado, não conseguiu alcançar a média nacional em nenhuma das etapas de ensino, mesmo que seu desempenho tenha melhorado e a distância entre os índices nacional e estadual tenha diminuído. Tal proposição se justifica também pelo fato de que o Piauí ainda se mantém entre os estados com os menores índices do Ideb geral, localizando-se na 20ª posição, com apenas 0,4 pontos acima do último colocado, e distante 1,5 pontos do primeiro (Fundação Cepro, 2016).

Podemos verificar, ainda, os resultados do SAEPI que avalia o desempenho dos alunos de ensino fundamental e médio nas áreas de língua portuguesa e matemática. No ensino fundamental, os resultados mostraram-se quase inalterados no desempenho dos estudantes do 9º ano, entre os anos de 2011 e 2015, permanecendo em ambas as áreas, no decorrer desses cinco anos, dentro do padrão de desempenho básico⁴. Além disso, havia em 2015 quase 30% dos alunos que se concentram no desempenho abaixo do básico em língua portuguesa e quase 50% em matemática (Secretaria de Estado da Educação, 2016). Isso significa que os alunos “concluíram o ensino fundamental com desempenho muito abaixo do esperado e as projeções educacionais futuras ficam bastante comprometidas, pois a probabilidade desses estudantes fracassarem no ensino médio ou abandonarem a escola é grande” (Secretaria de Estado da Educação Piauí, 2016, p. 16). Os resultados para o ensino médio, nesse mesmo período, mostram uma pequena oscilação positiva na proficiência dos alunos que estavam concluindo essa etapa de ensino nas duas áreas avaliadas.

Sinalizamos, ainda, como aspecto importante a ser considerado na análise da oferta da educação escolar no Piauí, os dados de atendimento de crianças, jovens e adultos na educação básica e no ensino superior, organizados por Cruz e Monteiro (2016). O cenário que se evidenciou é de um aumento no percentual de crianças entre 0 e 3 anos que frequentam a escola, passando de 15,3%, em 2001, para 27,3%, em 2014, sendo que no Brasil esse índice mais que dobrou no mesmo período, chegando a 29,6%, nesse último ano. No que diz respeito às crianças de 4 a 5 anos, esse atendimento encontrava-se muito próximo da universalização, registrando um total de 96,6%, em 2014, superando, inclusive, o percentual nacional, que é de 89,1%. Nesse mesmo ano, a taxa de matrícula líquida do ensino fundamental apontou para a quase universalização dessa etapa de ensino no estado, totalizando 97,8%, superior à média brasileira, que é de 97,5%. No ensino médio, o percentual de matrícula líquida chegou somente a 52,6%, em 2014, bem abaixo da média nacional, que é de 61,4%. No que concerne ao ensino superior, a porcentagem de matrícula da população de

⁴ O SAEPI classifica o padrão de desempenho em: a) abaixo do básico; b) básico; c) adequado; d) avançado.

18 a 24 anos foi somente de 14,9%, em 2014, enquanto no Brasil era de 17,7% (Cruz & Monteiro, 2016).

A análise desses dados revela que a educação escolar no Piauí acompanhou a tendência nacional de ampliação de seus percentuais de acesso, desde o início dos anos 2000. Contudo, é notável que o maior atendimento se deu na segunda etapa da educação infantil e no ensino fundamental, mostrando que o prosseguimento nos estudos, que possibilita uma formação de mais elevado nível acadêmico, se apresentava como uma realidade distante para parcela significativa dos jovens piauienses, evidenciando a necessidade de um maior esforço do poder público. Não podemos desconsiderar que esses resultados são decorrentes das políticas educacionais instituídas no país, em especial das políticas de fundos, que por uma década foi centrada no ensino fundamental, secundarizando o esforço de expansão do acesso ao ensino médio e superior, registrando índices de atendimento ainda inaceitáveis.

Além dessas questões, é preciso registrar que permanecem problemáticas históricas de oferta da educação, a exemplo do analfabetismo e da baixa taxa de escolaridade da população no estado. Nesse contexto, identificava-se, ainda, em 2014, uma elevada taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (20,2%), menor apenas do que o estado de Alagoas, que possui um percentual muito próximo (22%), e acima da média brasileira (12,4%). Com relação à escolaridade média da população de 18 a 29 anos, podemos afirmar que o Piauí chegou bem próximo da média nacional, pois enquanto nesse estado o índice corresponde a nove anos de escolarização, no Brasil ele é de dez anos. Destaca-se, também, que nesse aspecto o Piauí ficou à frente do Pará, Paraíba, Alagoas e Sergipe e distante dois anos do estado que possui maior média de escolaridade: São Paulo (Cruz & Monteiro, 2016).

Em síntese, resulta-se um cenário educacional marcadamente contraditório, tendo em vista que, embora se possa registrar uma melhoria da educação nesse estado no período dos governos neodesenvolvimentistas, a realidade que se evidenciou ainda era de atraso e exclusão de parte significativa da população na oferta de uma educação pública de qualidade, demandando “a necessidade urgente de maior investimento nas escolas públicas piauienses, como pré-condição para a garantia do preceito constitucional de direito à educação e condições mínimas de oferta, ainda muito longe de um padrão mínimo de qualidade” (Oliveira, Sales, Carvalho, Santos, & Cruz, 2005, p. 141).

Diante dessa necessidade ainda latente de melhoria da educação básica no Piauí, há alguns caminhos indicados nos principais instrumentos de planejamento do desenvolvimento socioeconômico e educacional, que são: o Plano Estadual de Educação (PEE), aprovado em 2015, e o PPA 2016-2017. Ainda que a nova conjuntura estabelecida no cenário político nacional, a partir de 2016, deixe em suspenso quais sejam as perspectivas para a concretização desses planos, e considerando que nosso recorte temporal de estudo se finda em 2015, indicaremos alguns rumos previstos para a educação escolar no Piauí.

O PEE 2015-2025 do Piauí, em consonância com o Plano Nacional de Educação 2014-2024, estabelece as mesmas diretrizes e metas, considerando poucas especificidades locais no que diz respeito aos percentuais de oferta e ao currículo. Portanto, versa sobre a expansão da educação nos

seus dois níveis (educação básica e superior), incluindo as pessoas com deficiência, transtornos globais e altas habilidades; alfabetização de crianças até o 3º ano do ensino fundamental; a ampliação da educação de tempo integral; o alcance das médias projetadas pelo Ideb; a elevação da taxa de alfabetização e de escolaridade da população; o aumento da oferta de educação profissional, assim como da pós-graduação; a elevação das iniciativas de formação de professores; a valorização dos profissionais da educação básica pública; a gestão democrática da escola pública; e o aumento do investimento na educação (Lei nº 6.733, 2015).

O cumprimento dessas metas pode levar a diferentes resultados devido à capacidade do poder local e dos movimentos sociais e sindicais no processo de implantação desse plano. Contudo, é inegável que, diante da realidade educacional piauiense, há uma exigência de maiores esforços de investimento e de gestão que a maior parte dos estados brasileiros demanda. Esse entendimento deveria ser elemento de preocupação nos planos de governo, de modo a concentrar maior financiamento e esforços na superação da realidade ainda desfavorável da educação no Piauí, o que pode depender do avanço do pacto federativo. É nesse contexto que é aprovado o PPA 2016-2019, revelando as intenções do atual governo.

O PPA 2016-2019 contempla três principais programas que têm ação direta na agenda educacional do estado, a saber: universidade de qualidade para todos; fortalecimento e expansão da educação profissional; educação e desenvolvimento social inclusivo e sustentável (SEPLAN, 2016). Esses três programas estabelecem metas importantes e ambiciosas para os quatro anos de execução do plano que estão alinhadas com o PEE 2015-2025 e dizem respeito à superação de problemáticas postas historicamente na educação piauiense, tais como: diminuição do índice de analfabetismo; ampliação e qualificação da oferta da educação de jovens e adultos; expansão da educação escolar (básica e superior); melhoria de infraestrutura na oferta dessa educação; e elevação da produção científica e acesso ao conhecimento através da ampliação da pós-graduação e da promoção de eventos científicos. Ademais, o PPA 2016-2019 apresenta uma preocupação com a oferta de uma educação mais inclusiva, com a necessidade de ampliação da assistência estudantil, com o apoio à formação de professores no nível de pós-graduação e com uma educação voltada para a convivência no semiárido.

Portanto, o governo do Piauí demonstra que está ciente dos desafios propostos à educação escolar nos diferentes níveis e modalidades. Esse reconhecimento é necessário e importante para superá-los. No entanto, se estabelece uma política educacional ambivalente, pois, ao mesmo tempo em que propõe uma educação voltada para uma maior inclusão democrática com qualidade, também assinala, nas suas estratégias, para características condizentes com uma gestão da educação mais orientada para os resultados. Tal fato pode ser evidenciado quando analisamos três aspectos: a proposta de ampliação do ensino médio em tempo integral, quando as escolas piauienses, em sua maioria, ainda não conseguiram oferecer infraestrutura adequada para funcionamento em um único turno; a indicação da ampliação da oferta educacional por meio da educação a distância em um estado que ainda carece de uma educação básica sólida e de um avanço tecnológico que possa dar sustentabilidade para tal oferta, na maior parte dos municípios do estado; o estabelecimento do índice do Ideb como meta; além da ampla dependência do governo federal para ampliação e fortalecimento da educação profissional que deve acontecer via PPPs.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui sistematizadas sobre os desdobramentos das políticas educacionais no estado do Piauí no período dos governos neodesenvolvimentistas revelaram que, entre 2003 e 2015, houve um movimento positivo evidenciado pela expansão da oferta da educação básica, assim como pela melhoria de indicadores educacionais nesse estado. Esse movimento aconteceu no contexto de um desenvolvimento econômico importante que se deu com aumento de empresas industriais, avanço na produção agrícola e maior dinamicidade no comércio. Além disso, a descentralização, através da parceria com a união na execução de programas voltados para a educação básica, mostrou-se como um caminho para uma oferta mais qualificada.

Contudo, há entraves resultantes das próprias limitações do neodesenvolvimentismo que não propõe o rompimento com o mercado, embora tenha avançado em um projeto que beneficiou de forma ampla a classe trabalhadora. A tentativa de conciliação dos interesses do capital e do trabalho se mostrou como um limitador dos avanços nas políticas educacionais do estado, pois as PPPs possibilitaram ao mercado definir propostas didático-pedagógicas, além de angariar recursos públicos, evidenciando um entrave para ações de maior envergadura na educação pública. Igualmente, permaneceu o caráter gerencial no controle de resultados e na racionalização das ações educativas propostas com base no caráter meritocrático e competitivo da avaliação que tem apontado para tímidos resultados.

É possível afirmar, portanto, que o Piauí permaneceu, durante os governos neodesenvolvimentistas, em situação de desvantagem em muitos indicadores econômicos e sociais quando situado na realidade nordestina e brasileira. Trata-se, portanto, de um estado ainda pobre de oportunidades, mesmo que não o seja de potencialidades. Em síntese, o Piauí passou a não ser mais o nordeste do Nordeste, mas seguiu, apesar de seu movimento positivo, na retaguarda do desenvolvimento socioeconômico e educacional brasileiro e nordestino.

5 REFERÊNCIAS

- Alves, G. (2015). Crise do neodesenvolvimentismo e Estado neoliberal no Brasil: elementos de análise de conjuntura do capitalismo brasileiro. In F. L. CORSI, J. M. CAMARGO, & A. SANTOS (Orgs.). *A conjuntura econômica e política brasileira e argentina*. (pp. 25-48). Oficina Universitária & Cultura Acadêmica. https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/a-conjuntura-politica_ebook.pdf. Acesso em: 02 out. 2016.
- Confederação Nacional da Indústria. (2014). *Perfil das indústrias nos estados 2014*. http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/cni_estatistica_2/2016/05/06/214/Perfil_da_industria_nos_Estados_Fevereiro2015.pdf. Acesso em: 24 nov. 2015.

- Cruz, P., Monteiro, L. (Orgs.). (2016). *Anuário brasileiro da educação básica: 2016*. Editora Moderna. <http://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A808A825504C11A01550D626BD50F82>. Acesso em: 2 abr. 2017.
- Dias, R. R. (2016). A importância da avaliação para a melhoria da aprendizagem. *Revista do Sistema: SAEPI*.
- Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí. (2015a) *Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Piauí: PDES-PI 2050*. Governo do Estado do Piauí. http://www.cepro.pi.gov.br/download/201608/CEPRO02_5421b8c736.pdf. Acesso em: 9 jan. 2017.
- Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí. (2015b). *Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Piauí: PDES-PI 2050*. http://www.cepro.pi.gov.br/download/201608/CEPRO02_19a421fdad.pdf. Acesso em: 9 jan. 2017.
- Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí. (2016). *IDEB – Piauí: continuar avançando... mais rapidamente*. CEPRO. http://www.cepro.pi.gov.br/download/201612/CEPRO22_e242e48b4c.pdf. Acesso em: 2 mar. 2017.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2001). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2000*. Coordenação de População e Indicadores sociais.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2014). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2014*. IBGE. <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91983.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.
- Lei nº 4.998, de 30 de dezembro de 1997. (1997). Altera dispositivos da n. 4.926 de 30 de maio de 1997, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério do estado do Piauí instituído pela lei nº 9.424, de 1996. Diário Oficial do Estado do Piauí. http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/sapl_documentos/norma_juridica/2367_texto_integral. Acesso em: 10 fev. 2017.
- Lei nº 5.101, de 23 de novembro de 1999. (1999). Dispõe sobre o sistema de ensino do Estado do Piauí e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Piauí. http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/sapl_documentos/norma_juridica/1812_texto_integral. Acesso em: 10 fev. 2017.
- Lei nº 6.733, de 17 de dezembro de 2015. (2015). Aprova o Plano Estadual de Educação e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Piauí. http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/sapl_documentos/norma_juridica/3890_texto_integral. Acesso em: 11 jan. 2017.

- Macambira, D. M. (2002). *Reestruturação produtiva na indústria do Piauí: o caso da indústria de confecções de roupas Guadalajara*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Estadual de Campinas.
- Medeiros, A. J. (Orgs.). (2014). *Piauí 2000-2013*. Fundação Perseu Abramo.
- Ministério da Educação. (2016). *Relatório de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. http://download.inep.gov.br/outras_acoes/estudos_pne/2016/relatorio_pne_2014_a_2016.pdf. Acesso em: 19 ago. 2017.
- Oliveira, A. M. P., Sales, L. C., Carvalho, M. do S. L. de, Santos, M. N. R. dos, & Cruz, R. E. da. (2005). O custo aluno e as condições para um ensino de qualidade: o caso do Piauí. In Nalú Farezena (Org.). *Custos e condições de qualidade da educação em escolas públicas: aportes regionais*. (pp. 133-157). Inep/MEC.
- Plano Plurianual quadriênio 2004-2007. (2004). http://www.antigoseplan.pi.gov.br/upe/PPA/PPA_2004_2007/anexo_1_2_%20documento_sintese_metas.PDF. Acesso em: 12 fev. 2017.
- Plano Plurianual: quadriênio 2008-2011. (2008). http://www.antigoseplan.pi.gov.br/upe/PPA/PPA_2008_2011/anexo-i-base-estrategica.pdf. Acesso em: 12 fev. 2017.
- Ramos, M. N. (2016). A educação da classe trabalhadora e o PNE (2014-2024). *Holos*, 6, p. 3–21. <https://doi.org/10.15628/holos.2016.4982>. Acesso em: 12 fev. 2017.
- Sales, L. C., & Silva, M. J. G. de S. e. (2013). A movimentação das matrículas no ensino fundamental no estado do Piauí. *Educação e Realidade*, 38(4), 1283-1301. http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Acesso em: 20 fev. 2017.
- Secretaria de Estado da Educação. (2011). *Revista Sistema: SAEPI*. CAEd. http://www.saepi.caedufjf.net/wp-content/uploads/2012/06/SAEPI_Oficina_Boletim_v1_2011.pdf. Acesso em: 20 mar. 2017.
- Secretaria de Estado da Educação. (2016). *Revista Sistema: SAEPI 2016*. CAEd. <http://www.saepi.caedufjf.net/wp-content/uploads/2017/03/PI-SAEPI-RS-MR-2016-WEB.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2017.
- Secretaria de Estado do Governo. (2015). *Governo do estado mais parcerias: melhores serviços e menos custos*. Segov & Suparc. <http://www.ppp.pi.gov.br/pppteste/wp-content/uploads/2015/09/CARTILHA-PPP-V2.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2017.
- Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí. (2016). *Plano Plurianual 2016-2019*. <http://www.seplan.pi.gov.br/ppa.php>. Acesso em: 13 mar. 2017.
- Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí. (2016). *IDEB – Piauí: continuar avançando... mais rapidamente*. CEPRO.

http://www.cepro.pi.gov.br/download/201612/CEPRO22_e242e48b4c.pdf. Acesso em: 2 mar. 2017.

Silva, A. M. F. da, Lopes, P. I. X., Castro, A. M. D. A. (2016). Avaliação da educação no brasil: a centralidade dos testes em larga escala. *Holos*, 7, p. 388–401. <https://doi.org/10.15628/holos.2016.4939>. Acesso em: 20 mar. 2017.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Silva Sousa, A., & Henrique Moura, D. (2023). A EDUCAÇÃO PIAUIENSE NO BRASIL NEODESENVOLVIMENTISTA. *HOLOS*, 6(39). Recuperado de <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/14325>

SOBRE OS AUTORES

A. S. SOUSA

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Pedagoga pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

E-mail: adrianaess.2016@gmail.com

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-3613-0208>

D. H. MOURA

Doutor em Educação pela Universidade Complutense de Madri. Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Integra o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) do IFRN e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN.

E-mail: dantemoura2014@gmail.com

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8457-7461>

Editora Responsável: Maura Costa



Submetido 14/01/2022

Aceito 01/12/2023

Publicado 27/12/2023

